

Dinheiro.

Nos EUA, rico deve pagar mais

Presidente Barack Obama disse que os republicanos têm de concordar em subir os impostos aos mais ricos, 1º passo contra a recessão.

EDITORA: ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

AJ05458

IMPOSTOS NA NOTA

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

AGORA VOCÊ VAI SABER O QUE PESA NO SEU BOLSO

Lei aprovada na Câmara determina detalhamento de tributos

4 SAMANTA NOGUEIRA
snogueira@redgazeta.com.br

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

O projeto de iniciativa popular aprovado na última terça-feira na Câmara dos Deputados, que prevê a obrigatoriedade da informação dos impostos dos produtos nas notas fiscais, vai aumentar o poder da cidadania fiscal da população. Os consumidores tendem a fiscalizar mais a cobrança dos tributos criados e aprovados pelos governos.

A proposta, que chegou ao Congresso em 2007 com mais de um 1,5 milhão de assinaturas, segue agora para sanção da presidente Dilma Rousseff (PT).

Será a chance de os consumidores descobrirem, por exemplo, que um carro popular, custa R\$ 25 mil com imposto e R\$ 17,5 mil sem o peso da carga tributária de 30%. O pior é tributo sobre os remédios. O de colesterol, por exemplo, tem taxa de 33,8%.

Para o professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Cláudio Colnago, a medida foi até tomada de forma tardia.

Já estava prevista a criação de um mecanismo para dar transparência aos tri-

UM ELEFANTE CHAMADO IMPOSTO

Você poderia estar pagando menos

5 PRODUTOS QUE PAGAM MAIS IMPOSTO



Cachaça

82%



Casaco de pele de vision

82%



Vodca

82%



Cigarro

80%



Perfume importado

78%

5 PRODUTOS QUE PAGAM MENOS IMPOSTO



Batata

11%



Plantas

13%



Gramma

13%



Medicamentos de uso animal

13%



Jornal

14%

COMPARE A REDUÇÃO

Gasolina	53%
Preço	R\$ 2,70
Sem imposto	R\$ 1,27

TV	45%
Preço	R\$ 1.300,00
Sem imposto	R\$ 715,00

Carne	17%
Preço	R\$ 20,00
Sem imposto	R\$ 16,6

Calça jeans	39%
Preço	R\$ 150,00
Sem imposto	R\$ 91,5

Remédio*	33,8%
Preço	R\$ 120,00
Sem imposto	R\$ 79,44

Carro popular	30%
Preço	R\$ 25.000,00
Sem imposto	R\$ 17.500,00

*para colesterol

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

são, principalmente para as camadas mais baixas da população, de que as pessoas não estariam contribuindo para os gastos do Estado. Ou seja, não pagariam impostos", afirmou.

RETORNO

O vice-presidente da Federação Capixaba de Jovens Empreendedores (Fecaje) e coordenador do Feirão do Imposto, Fernando Mendes, acredita que os empresários também vão ser beneficiados. Segundo ele, os consumidores vão culpar menos os empresários por conta do valor dos produtos e serviços e vão poder cobrar um retorno para os impostos pagos do governo.

A divulgação do valor dos impostos, no entanto, só será obrigatória seis meses após a data da publicação da lei no Diário Oficial, caso sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Pelo projeto, a nota deverá conter a informação do valor correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais.

Impostos como ICMS, ISS, IPI, IOF, IR, CSLL, PIS, Pasep, Cofins e Cide devem estar discriminados nas notas fiscais.

butos incidentes nas mercadorias e serviços na Constituição de 1988. Segundo ele, pessoas que ganham menos pagam propor-

ionalmente mais impostos do que quem tem salário maior. Porém, muitos consumidores acreditam que não pagam tributos para o

Estado por estarem isentos do Imposto de Renda.

"Hoje em dia as pessoas não têm meios efetivos para saber o valor que elas

pagam de mercadorias e serviços quanto é relativo a tributos incidentes sobre aquela prestação ou aquela venda. Isso cria uma ilu-

Governo prevê adaptação difícil à nova lei

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que é favorável ao projeto de lei que obriga as notas fiscais a informarem

o valor de impostos nos produtos ou serviços adquiridos.

Ele prevê, porém, "dificuldades operacionais" para cumprir o que o pro-

projeto determina. Uma delas é o prazo para elaborar sistemas capazes de "explicitar" os valores cobrados de impostos - a medida será obrigatória seis meses

após a publicação da lei no Diário Oficial da União.

O ministro apontou também que as empresas terão problema para informar o Imposto de Renda

embutido nos produtos. O IR é um dos impostos que, segundo o projeto, terão que ser apresentados aos consumidores.

"Pessoalmente, sou a favor de divulgar os tributos, mas levo em consideração essa ressalva: tribu-

tos de valor agregado são fáceis de detalhar, como ICMS, ISS, PIS e Cofins. Mas tem outros [como o IR] que são uma dedução do desempenho da empresa, o que acontece depois de terminado o ano fiscal", disse o ministro.